

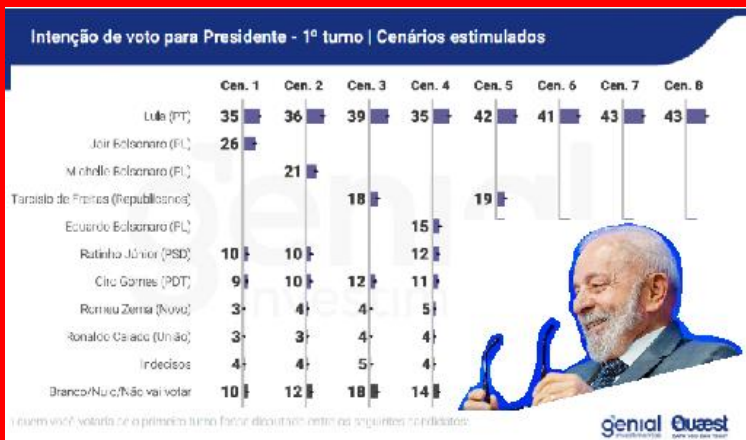
CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 56

A análise de conjuntura do CVM

Ano XI, 21-10-2025



**Cenário melhora para o governo
Lula, mas os trabalhadores têm
pouco a comemorar**

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Cenário melhora para o governo Lula, mas os trabalhadores têm pouco a comemorar

As mobilizações do dia 21 de Setembro

Depois de um longo período de letargia, protagonizando raras e esvaziadas manifestações, os movimentos sociais de esquerda foram às ruas no dia 21 de setembro para protestar contra as iniciativas dos deputados federais em favor da anistia aos bolsonaristas e contra o dispositivo que blindaria parlamentares e presidentes de partidos contra qualquer investigação criminal, também conhecido como a “PEC da bandidagem”.

As últimas investigações policiais têm demonstrado a existência de fortes vínculos, não apenas entre instituições financeiras (fintechs) e o crime organizado, mas também entre este último e políticos de primeira grandeza. Por exemplo, Antônio Rueda, presidente do União Brasil, expoente do “Centrão”, foi acusado por um piloto de aeronaves de ser o verdadeiro dono de quatro aviões operados por uma empresa que lavaria dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC). Assim, não foi à toa que a “PEC da bandidagem” tenha incluído

também os presidentes de partidos entre seus beneficiários, já que Rueda não possui qualquer mandato parlamentar.

O chamado “crime organizado” realiza uma acumulação primitiva de capital com suas atividades ilegais, como o tráfico de drogas, mas a reprodução ampliada desse capital exige a sua expansão para inúmeros negócios “legais”, como transporte urbano, coleta de lixo, postos de combustíveis, hotéis, jogo etc. Nesse movimento, mescla-se com diversas frações da classe dominante e coopta ou elege, em suas bases territoriais, políticos que o representem nas diversas esferas de poder. Se a PEC fosse aprovada, permitiria até que os próprios bandidos fossem eleitos diretamente, com garantia de total imunidade.

Diante de tamanho escândalo, que expôs a face oculta de muitos deputados federais, a “PEC da bandidagem” juntou-se ao projeto de anistia para produzir a fâlsca que detonou as manifestações de 21 de setembro, expressando o descontentamento geral existente na sociedade. O movimento foi convocado pelas redes sociais por uma série de entidades, mas contou com a decisiva atuação política de artistas. As reivindicações específicas dos trabalhadores, entretanto, como o fim da jornada 6 x 1 e a redução da jornada de trabalho, foram colocadas em segundo plano.

Apesar disso, o movimento foi considerado um êxito, tendo alcançado 33 cidades do país, com as maiores participações em São Paulo (42 mil pessoas), no Rio de Janeiro (41,8 mil) e em Fortaleza (30 mil). A pressão das ruas levou ao arquivamento da “PEC da bandidagem” no Senado e permitiu que o projeto de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 por mês e a taxaço dos super ricos, que estava congelado na Câmara dos Deputados, fosse finalmente

aprovado. A própria anistia aos bolsonaristas foi reduzida a uma discussão sobre a diminuição do tamanho de suas penas.

Animado com os resultados das manifestações, o governo nomeou Guilherme Boulos para ministro da Secretaria Geral, de forma a tentar atrair os movimentos sociais para a campanha eleitoral do ano que vem, que promete uma disputa acirrada. Também colocou entre seus objetivos a defesa da proposta do fim da jornada 6 x 1, silenciando, entretanto, sobre a diminuição da jornada de trabalho para o conjunto dos trabalhadores. Mas tudo dentro da política de colaboração de classes que pautava a linha do governo Lula. Por exemplo, em algumas inserções na televisão do “PT Mulher” a propaganda partidária chegou a defender o fim da jornada 6 x 1 como “boa também para os patrões”, numa tentativa inútil de convencer a classe dominante quanto ao caráter positivo da medida.

Panorama econômico

O panorama econômico atual também favorece o governo. Segundo a PNAD Contínua do trimestre encerrado em agosto de 2025, a taxa de desocupação mantém-se baixa, em 5,6% e o rendimento médio mensal atingiu R\$ 3.378,00, sendo 3,6% maior que no mesmo período de 2024. Não obstante, a taxa de subutilização da força de trabalho, que é a mais adequada para medir o desemprego, continua bastante alta (14,1%), bem como a quantidade de trabalhadores informais, que compreendem 38,1% da população ocupada.

O próprio rendimento médio, que subiu um pouco em 12 meses, corresponde a menos da metade do salário-mínimo necessário calculado pelo DIEESE para satisfazer as necessidades básicas de uma família de 4 pessoas, que em setembro foi calculado em R\$ 7.075,83.

Os dados do CAGED de julho de 2025, que monitora o emprego com carteira assinada, aponta um acréscimo de 1.347.807 postos de trabalho no ano, com um salário médio de admissão de R\$ 2.277,51. Esse valor é inferior a um terço do salário-mínimo do DIEESE, sendo claramente insuficiente para suprir as necessidades de uma família e obrigando a que vários de seus membros tenham que trabalhar.

A inflação medida pelo IPCA no mês de setembro foi de 0,48%, perfazendo 5,32% em 12 meses e convergindo para o teto da meta estabelecida pelo governo, que é de 4,5%. Apesar disso, para a felicidade do capital financeiro, o Banco Central (BACEN) manteve a política de taxas exorbitantes de juros de 15% ao ano, que resulta na segunda maior taxa real (descontada a inflação) do mundo – 9,51% ao ano – atrás apenas da praticada na Turquia.

Os argumentos do BACEN para isso são o “baixo desemprego” que estaria pressionando a inflação e a “incerteza” gerada pelas tarifas impostas por Trump. Desculpas esfarrapadas para justificar a drenagem dos recursos públicos em direção ao capital financeiro e forçar a redução dos gastos sociais. Seja como for, os juros altíssimos já começam a afetar o crescimento econômico do país, cuja projeção do BACEN para 2025 é de apenas 2,1%, inferior aos 3,5% de 2024.

Em relação à inflação dos alimentos, foi reportada pelo IBGE uma redução dos preços de alguns itens básicos, como o arroz, a cebola, o leite e as carnes, tendo sido observada uma deflação dos alimentos no domicílio em setembro (-0,56%) e uma inflação de 1,12% em 12 meses. Esse é um dos dados que explicam a melhoria da avaliação do governo, que comentaremos mais adiante.

Mais preocupante para o governo é a situação do balanço de pagamentos, que contribui para uma trajetória de perdas

líquidas das reservas internacionais do país, que encolheram US\$ 30,4 bilhões nos 12 meses que terminaram em junho de 2025. Os déficits nas transações correntes não decorrem da balança comercial, pois esta apresenta saldos crescentes, em decorrência das exportações de petróleo do pré-sal e da expansão da produção agrícola. E também não foram observados até agora impactos significativos do tarifaço de Trump no saldo comercial.

O que está erodindo as reservas internacionais é a balança de serviços, que apresenta déficit crescente, devido às transferências de recursos para pagamento de viagens internacionais, propriedade intelectual, streaming, bets, tecnologia da informação etc. Além disso a conta de rendas também revela déficits crescentes, decorrentes de remessa de lucros e dividendos e do pagamento de juros de empréstimos tomados no exterior, cuja procura aumentou por conta das altas taxas bancárias vigentes no país.

Já a conta financeira e de capital, que no passado contrabalançou o déficit na balança de pagamentos, ela foi impactada pela redução do fluxo de investimentos diretos externos e principalmente pelo déficit nos investimentos em criptoativos, que são realizados em dólares no exterior e que demandaram US\$ 16 bilhões no ano de 2024 (até 2017, essas remessas praticamente não existiam).

A erosão das reservas internacionais, se não for revertida, poderá levar o Brasil a ficar novamente vulnerável a movimentos especulativos contra o real e a recorrer a empréstimos junto ao FMI, com tudo o que isso representa em termos de novas exigências de cortes de gastos sociais, privatizações etc.

Panorama político

Depois de conseguir passar na Câmara de Deputados a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 e abortar a “PEC da bandidagem” no Senado, o governo experimentou novamente a dura realidade do seu emparedamento por um parlamento majoritariamente dominado pela extrema direita e pela direita tradicional, também conhecida como “Centrão”.

Procurando se libertar do governo com vistas às eleições de 2026, o “Centrão” aplicou-lhe uma expressiva derrota, atendendo prazerosamente à ação lobista do capital financeiro e das casas de apostas e tentando, com isso, limitar os recursos federais a serem aplicados durante o decisivo ano eleitoral. Trata-se da retirada da pauta da Câmara, com a correspondente perda de validade, da Medida Provisória que propunha significativas alterações na tributação financeira, entre elas: o imposto único de 18% para todas as aplicações, a elevação dos impostos das bets de 12% para 18%, a tributação das fintechs e o aumento do imposto dos juros sobre capital próprio de 15% para 18%.

Acusando o golpe e montado na recuperação de sua popularidade, o governo tomou coragem e retaliou com a demissão de funcionários nomeados por influência do “Centrão” e com a ameaça de bloquear as emendas parlamentares de interesse de seus aliados infiéis, restringindo-lhes assim os recursos eleitorais.

Enquanto isso, exercendo suas funções “normais”, o parlamento se incumbiu de atacar o funcionalismo público com um projeto de reforma administrativa que visa criar instrumentos para cortes de salários e para limitar a estabilidade dos servidores comuns. A ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior)

criticou o impacto do projeto sobre a educação, por gerar instabilidade no trabalho docente, abrindo espaço para pressões políticas e perseguições, por precarizar as condições de trabalho dos professores e instituir uma avaliação por desempenho que desvaloriza o trabalho intelectual e coletivo.

Voltando ao assunto, o governo Lula vem recuperando a sua popularidade. Para isso contribuíram o ataque tarifário promovido por Trump, em benefício de seu aliado político Bolsonaro, a aprovação da isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 e a melhoria do cenário econômico, com a queda do preço de alguns alimentos básicos. O encontro entre Trump e Lula na ONU e o telefonema entre os dois que se seguiu, colocaram a esperança de revisão das tarifas impostas pelo governo americano sobre alguns itens exportados pelo Brasil e contribuiu para elevar o prestígio político de Lula.

O resultado disso é que a aprovação do governo, medida por diversos institutos de pesquisa, aumentou consideravelmente. No início de setembro, o Ipsos-Ipec apontou uma aprovação de Lula de 44% (contra 39% em junho) e, no final do mesmo mês, o PoderData também apurou uma aprovação de 44% (contra 42% em julho). Em pesquisa mais recente, do início de outubro, a Quaest já indicava um empate técnico, com 48% de aprovação e 49% de desaprovação para o governo.

No que concerne à corrida eleitoral de 2026, os institutos de pesquisa são unânimes em apontar a liderança de Lula no segundo turno, em relação a todos os demais pretendentes. O DataFolha atribuiu ao candidato do PT 48% de preferência, contra 39% do atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, candidato puro-sangue da burguesia. Se Bolsonaro pudesse ser candidato, perderia por 49% a 40%, enquanto sua mulher, Michele, seria derrotada por 50% a 38%.

Tarcísio de Freitas encontra-se agora no dilema entre trocar o certo, a reeleição para o governo de São Paulo, pelo duvidoso, um confronto com Lula no qual já entra em desvantagem.

Para a burguesia brasileira, Tarcísio de Freitas se mostra competitivo na corrida eleitoral e, se eleito, colocaria em prática sem pestanejar todo o programa do capital financeiro, que pode ser sintetizado em poucas palavras: austeridade fiscal – com corte de gastos em previdência, saúde e educação – e privatização das empresas estatais que sobraram, como a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa. Que ele é capaz disso, já demonstrou fartamente no exercício do governo de São Paulo.

Mas a eleição de Lula estaria longe de representar uma catástrofe para a classe dominante. A política de colaboração de classes do PT não representa ameaça ao domínio social da burguesia. Além disso, os recursos de emendas parlamentares e do fundo eleitoral, sem contar com o caixa dois fornecido pelas empresas e o tradicional voto de cabresto, cuidarão de preservar o caráter reacionário do Congresso Nacional e abortarão qualquer tentativa de alterar a ordem social vigente. Cabe lembrar que, por muitíssimo menos, Dilma Rousseff foi derrubada da presidência pelo parlamento.

Então, o que se espera de um possível quarto mandato de Lula é uma repetição da situação atual: um governo de colaboração de classes emparedado por um Congresso reacionário, dominado pelas forças da direita e da extrema direita. Caso Lula vença, terá que prosseguir na frente política com o “Centrão”, de modo a preservar a chamada “governabilidade”.

Movimentos dos trabalhadores

Em 17 de setembro iniciou-se um movimento grevista na Embraer, com a participação de 6.000 operários, reivindicando

11% de aumento (contra os 5,5% oferecidos pela empresa) vale-alimentação de R\$ 1.000,00 (ao invés dos R\$ 420,00 definidos pelos patrões) e estabilidade no emprego para trabalhadores com doenças ocupacionais ou acidentados, em contraposição à proposta da empresa de limitar a estabilidade a 21 meses para doenças e 60 meses para acidentes.

A greve foi suspensa no dia 18 após forte repressão da Polícia Militar do governo Tarcísio de Freitas. Foi mantido, entretanto, o estado de mobilização. Em contraste com a dura posição da Embraer na negociação com os operários, no que foi apoiada pelas forças policiais sempre a serviço da burguesia, observa-se que a empresa vem apresentando nos últimos tempos um forte crescimento: seu lucro líquido no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 657 milhões e suas ações valorizaram 350% em 6 anos.

Já em Juiz de Fora, os operários da Mercedes-Benz mantiveram por 10 dias uma greve iniciada em 16 de setembro, que teve grande participação. Também lá a Polícia Militar foi chamada para defender os interesses dos patrões e intimidar os operários. Apesar disso, os trabalhadores resistiram e a greve foi considerada vitoriosa, obtendo um reajuste salarial real de 1,05%, de 33% no vale-refeição, estabilidade no emprego de 4 meses e abono de 50% dos dias parados, com compensação dos restantes.

No Espírito Santo os funcionários públicos estaduais iniciaram uma greve no dia 7 de outubro, englobando 3.800 trabalhadores de 14 autarquias e secretarias, como o Detran, lema, Idaf, Incaper e o DER. A principal reivindicação é a recomposição das perdas salariais, que chegam a 50%, melhores condições de trabalho e reestruturação das carreiras. Atos públicos foram organizados em Vitória e em Cachoeiro do Itapemirim e vários serviços foram afetados. Até o momento, o

governo estadual não apresentou proposta, usando a tradicional arma da inércia, para desgastar os trabalhadores junto à população e desmobilizar o movimento.

Por último, cabe fazer referência à greve dos trabalhadores da construção civil de Belém, que foi iniciada em 16 de setembro e terminou em 25 do mesmo mês. Aproveitando o momento das obras para a COP-30, os trabalhadores exigiram 9,5% de aumento salarial e cesta básica de R\$ 270,00 (contra os 5,5% de aumento e os R\$ 120,00 de cesta básica oferecidos pelos patrões).

Por ser uma categoria fracionada em muitas empresas e canteiros de obra, os trabalhadores realizaram passeatas pela cidade para divulgar o seu movimento, no que foram acompanhados pela Polícia Militar, aqui também pronta para entrar em ação em defesa dos interesses da burguesia.

Como resultado do movimento grevista, os trabalhadores aceitaram a proposta patronal de 6,5% de reajuste, cesta básica de R\$ 160,00, pagamento de PLR em duas parcelas de R\$ 350,00, pagamento salarial no primeiro dia útil do mês e manutenção das cláusulas sociais, o que foi considerado uma vitória pelo sindicato.

Conclusão

Os fatos acima descritos revelam que os trabalhadores ainda estão ausentes no cenário político nacional e suas reivindicações próprias, como a redução da jornada de trabalho, não mereceram o devido destaque nas recentes mobilizações de massa contra a anistia aos bolsonaristas e contra a “PEC da bandidagem”, que foram politicamente hegemonizadas pela pequena burguesia.

As movimentações operárias continuam restritas às pautas econômicas de cada empresa, com resultados finais muito limitados, em termos de alcance das reivindicações. Apesar disso, é muito positivo que os operários da Mercedes Benz tenham mantido uma greve por 10 dias, mesmo com a repressão da Polícia Militar, e que os trabalhadores da construção civil de Belém tenham superado o seu fracionamento e alcançado alguns ganhos econômicos.

Há indícios que a diminuição do desemprego tenha melhorado as condições de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, o que pode representar um estímulo para movimentos mais fortes e amplos, abrangendo diversas categorias e ultrapassando as fronteiras de empresas e setores específicos. A luta pela diminuição da jornada de trabalho, incorporando o fim da jornada 6 x1, pode se tornar um forte elemento para a unidade dos trabalhadores na defesa de seus interesses próprios.

Coletivo do CVM, 21/10/2025

* * *

centro de estudos victor meyer